

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
21ª Sessão Ordinária de 2017

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 31/10/2017, págs. 1/12)

Dia: 14/11/2017

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017).

Processo com Pedido de Vista

Pedido de Vista em 24/10/2017

2) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001196/2014-63 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000272/2013-32)

Recorrente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024

Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia

Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.000272/2013-32, que determinou ao Ministério Público do Estado da Bahia o pagamento aos aposentados e pensionistas da parcela autônoma de equivalência do período de setembro de 1994 a setembro de 2001.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Bahia

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Incluídos na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

3) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000014/2017-80

Requerente: Comissão da Infância e Juventude

Assunto: Visa à formação de um grupo de trabalho especial, com o objetivo de formatar e implementar estratégias de efetivação das medidas em meio aberto em todo o território nacional, bem como o desenho de legislação para acompanhamento de execução das referidas medidas no âmbito do CNMP, à simetria da que trata as medidas privativas de liberdade.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude

Origem: Distrito Federal

- 4) Avocação n.º 0.00.000.000125/2017-96
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogados: Álvaro Vilarinho Brandão – OAB/PI n.º 9914; Rafael Vilarinho da Rocha Silva – OAB/PI n.º 14999
Assunto: Pedido de Avocação do Processo Administrativo Disciplinar n.º 02/2014, que tramita no Ministério Público do Estado do Piauí, conforme decisão exarada no Processo n.º 1.00224/2017-40.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (14/11/2017)

- 5) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001801/2014-04
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Interessado: Associação Goiana do Ministério Público - AGMP
Advogado: Alexandre Iunes Machado - OAB/GO n.º 17275
Assunto: Requer o controle do pagamento retroativo do auxílio-moradia aos membros do Ministério Público do Estado de Goiás, conforme relatado em matéria jornalística.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 6) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000138/2017-65
Requerente: Comissão de Planejamento Estratégico
Assunto: Proposta de Indicadores Estratégicos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta – Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 04/07/2017

- 1) Pedido de Providências n.º 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

2) Proposição nº 1.00056/2017-10

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correções e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correções e Inspeções.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 08/08/2017

3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessado: David Evandro da Costa Carramanho

Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências n.º 0.00.000.000028/2006-41.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Amazonas

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00741/2016-65

Requerente: Tamar Oliveira Luz Dias

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato nº 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Bahia

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 10/10/2017

- 6) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
- 7) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00700/2016-23
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Rodrigo Sproesser Novas – OAB/SP n.º 314.176
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN n.º 169/2016.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 24/10/2017

- 8) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00551/2017-29
Requerente: Centro Espírita Ilê Axé de Sangô
Advogado: Hedio Silva Junior – OAB/SP n.º 146736
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Suspensão da tramitação do Inquérito Civil n.º 0245.15.000031-4. 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. Desrespeito à Resolução CNMP n.º 23/2007. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Processo com julgamento iniciado

- 9) Proposição n.º 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 12ª Sessão (27/06/2017)

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00780/2016-90 (Apenso: Processo nº 1.00871/2016-34)
Requerente: José Carlos Paes
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Cristiana Teixeira Piauhyllino Monteiro; Luiz Piauhyllino de Mello Monteiro Filho
Advogado: Cairo Roberto Bittar Hamu Silva Junior – OAB/DF n.º 17.042
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Compras de salas comerciais em Brasília. Ausência de procedimento licitatório. Divulgação em matérias jornalísticas. Supostas afrontas aos princípios da Administração Pública.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Rio de Janeiro

Incluídos na Pauta da 19ª Sessão (10/10/2017)

- 11) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: José Carlos Cruz
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: São Paulo
- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00360/2016-59
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Desconstituição de decisões nos autos do Procedimento Administrativo nº 08190.041530/04-18, que prorrogaram prazo para entrega de tese de doutorado do Promotor de Justiça Roberto Carlos Batista.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00807/2016-44
Requerentes: Luiz do Valle Miranda Junior; Odete do Valle Miranda
Advogado: Walmir Hugo Pontes dos Santos Junior – OAB/PA n.º 15.317
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão. Recomendação para que a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Comando Geral da Polícia Militar se abstenham de efetivar reintegrações de posse sem a existência de decisão judicial, ainda que nas hipóteses previstas no art. 1.120, § 1º, do Código Civil. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Pará
- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00969/2016-64
Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Anulação da Resolução nº 013/2016-CPJ, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Reconhecimento da retroatividade ao auxílio alimentação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 15) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00241/2017-78 (Embargos de Declaração)
Embargante: Maria Marília Oliveira Calado
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Comparecimento ao expediente forense. Procuradoria da República na Comarca de Garanhuns. Morosidade na instrução de procedimentos extrajudiciais. Baseada na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000448/2016-07 e na Correição CNMP nº 0.00.000.000463/2016-47.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00266/2017-35
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Conselho Superior. Resolução n.º 130/2016 e n.º 137/2016. Criação de Subcâmaras de Coordenação e Revisão e Coordenadorias Temáticas Nacionais. Usurpação das competências da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho. Afronta ao princípio constitucional da legalidade. Pedido de anulação das Resoluções.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

- 17) Pedido de Providências nº 1.00390/2017-82
Requerente: Estado do Amapá
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Ajuizamento de ação civil pública contra Governador. Processos n.º 0041152-11.2016.803.0001, n.º 0053592-39.2016.803.0001 e n.º 0002637-07.2016.8.03.0000. Usurpação de competência do Procurador-Geral de Justiça por parte de Promotor de Justiça. Lei Complementar n.º 89/2015. Pedido de afastamento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Amapá
- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00414/2017-76
Requerente: Maria das Graças do Monte Teixeira
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito de atribuições. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Defesa do direito do consumidor. Falta de estrutura para desempenho das atribuições.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Piauí
- 19) Proposição nº 1.00582/2017-16
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

20) Proposição nº 1.00687/2017-20

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Necessidade de especialização de órgãos do Ministério Público. Atuação em conflitos coletivos agrários e fundiários.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

21) Procedimento Avocado nº 1.00753/2017-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procedimento Avocado. Representação por Remoção Compulsória nº 2016.0032.4905-02. Conforme decisão proferida na Avocação CNMP nº 1.00503/2017-03.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

22) Proposição nº 1.00236/2016-01 (Embargos de Declaração)

Embargante: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00085/2017-08 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Bahia
Embargado: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Critérios objetivos para promoções por merecimento. Não aplicação do art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP n.º 02/2005. Ausência de texto regulamentador no âmbito do Parquet baiano. Publicação de editais de remoção e promoção por merecimento nº 18/2017 e 20/2017.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Bahia
- 24) Proposição nº 1.00576/2017-96
Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Visitas institucionais. Instituições que atendem pessoas portadoras de deficiência/necessidades específicas de saúde em regime de acolhimento e/ou internação.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00612/2017-30
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. Concurso Público. Ingresso na Carreira. Irregularidade em gabarito de questão de Direito da Criança e do Adolescente. Atribuição da pontuação. Convocação para as demais fases do certame. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Roraima
- 26) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01
Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM
Advogados: Camila Marques Barroso – OAB/SP n.º 325.988; Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP n.º 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP n.º 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP n.º 122.486
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação institucional. Cumprimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: São Paulo

- 27) Avocação nº 1.00853/2017-42
Requerente: Armando Brasil Teixeira
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Avocação. Processo Administrativo Disciplinar – PAD 007/2017-CGMP/PA, em trâmite na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pará

Processos desta Sessão (14/11/2017)

- 28) Nota Técnica nº 1.00190/2015-21
Requerente: Walter de Agra Júnior
Objeto: Nota Técnica sobre Propostas de Emenda Constitucional de Redução da Idade Mínima de Admissão ao Trabalho e Emprego.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00936/2016-60 (Recurso Interno)
Recorrente: Ministério Público do Estado do Acre
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Acre
- 30) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00965/2016-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Luis Gustavo Patuzzi Bortoncello
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Impedimento de atuação. Portaria CNMP-CN nº 257/2016. Baseada na RD nº 0.00.000.000252/2016-12.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Minas Gerais
- 31) Reclamação Disciplinar nº 1.00003/2017-26 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP nº 172.730; Roberto Teixeira – OAB/SP nº 22.823; Hugo Leonardo Duque Bacelar – OAB/DF nº 17.062
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: São Paulo

- 32) Reclamação Disciplinar nº 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Lucas Fernandes Bernardes
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522
Embargado: Monique Cheker de Souza
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Rio de Janeiro
- 33) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00236/2017-00
Requerente: Lúcia Helena Barbosa de Oliveira
Advogado: Thadeu Gimenez de Alencastro – OAB/DF nº 31021
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Conselho Superior. Processo Administrativo Disciplinar n. 08190.015579/14-98. Suposto abuso de autoridade cometido por policiais militares. Interferência em atribuições funcionais de outra Promotoria. Aplicação de pena de censura. Pedido de reconhecimento de prescrição e nulidade. Pedido de absolvição.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 34) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00354/2017-19 (Recurso Interno)
Recorrente: Adenilson Antonio Mota de Sousa
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Apuração. Arquivamento. Procedimento Preliminar Correcional nº 130/2014 - CGMP. Curadoria de Defesa do Patrimônio Público. Comarca de Araguari.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Minas Gerais
- 35) Reclamação Disciplinar nº 1.00427/2017-81 (Recurso Interno)
Recorrente: Washington Araújo da Silva
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Reclamação Disciplinar em face de membros do Ministério Público do Estado de Rondônia.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Rondônia
- 36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 - PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

- 37) Pedido de Providências nº 1.00451/2017-93 (Recurso Interno)
Recorrente: Carlos Antônio de Freitas
Recorridos: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Alegada perseguição por parte de Membros do Parquet.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 38) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria-Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP nº 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP nº 1.00940/2016-82.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Ceará
- 39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00636/2017-43
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessado: Krishnamurti Lopes Mendes França
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Maranhão
- 40) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00647/2017-41 (Recurso Interno)
Recorrentes: Ana Lucia Junqueira Muzzi Cavalieri; Carlos Augusto Esteves de Carvalho; Cleverson Raymundo Sbarzi Guedes; Jose Celio Martins de Abreu; Juvenal Martins Folly; Marcelo de Souza Nery Coutinho; Maria Auxiliadora Souza de Assis; Nicole Frossard de Filippo; Paulo Emílio Coimbra do Nascimento; Sandra Fatima Totte
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Suspensão de decisão. Câmara de Procuradores. Proposta nº 395/2016. Redistribuição de atribuições. Comarca de Juiz de Fora. Ofensa a princípios constitucionais.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Minas Gerais

- 41) Pedido de Providências nº 1.00661/2017-09
Requerentes: Associação Paraibana do Ministério Público – APMP; Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Auxílio-moradia. Cônjuge beneficiário. Indeferimento.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Paraíba
- 42) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00712/2017-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Euclides Marcos Pettersen Neto
Embargado: Ministério Público Federal
Interessado: Felipe Valente Siman
Advogados: Eduardo Parente dos Santos Vasconcelos – OAB/DF nº 25.108; Hugo de Pontes Cezario – OAB/DF nº 32.128
Objeto: Ministério Público Federal. Irregularidades. Nomeação de candidato aprovado no 25º concurso para ingresso na carreira. Cargos de Procurador da República. Comprovação do requisito de atividade jurídica. Desrespeito aos ditames legais.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição nº 1.00752/2017-53
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Parâmetros para atuação do Ministério Público. Defesa do acesso e da qualidade da atenção básica de saúde e na execução das atividades relacionadas à ação nacional de saúde.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00799/2017-17
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Apuração. Cumprimento do art. 7º da Resolução CNMP nº 89/2012. Conforme decisão proferida no PIC nº 0.00.000.000038/2016-58.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 45) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00817/2017-89
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Descumprimento de deveres funcionais. Portaria CNMP-CN nº 143/2017. Baseada nas informações colhidas na Sindicância CNMP nº 1.00443/2017-56.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Pernambuco

- 46) Pedido de Providências nº 1.00820/2017-48 (Recurso Interno)
Recorrente: Mario Cezar Raminelli
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Promoção de arquivamento. Procedimento Administrativo nº MPPR nº 0020.12.000250-4. Apuração de irregularidades ocorridas na Santa Casa de Misericórdia do Município de Cambé.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Paraná
- 47) Pedido de Providências nº 1.00903/2017-55
Requerente: Thomas Santos Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Irregularidades em progressão na Carreira de servidor. Reenquadramento do requerente para a Classe e Nível imediatamente superior. Pagamento dos valores correspondentes às parcelas remuneratórias. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Bahia
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00916/2017-60
Requerente: Márcio Giorgi Carcará da Rocha
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Procedimento de Gestão Administrativa nº 18373/2017. Determinação ao Conselho Superior de suspensão de distribuição, relatoria, andamento e votação dos editais nº 14 a 33/2017. Que sejam assegurados aos prejudicados o tempo de entrância intermediária na carreira. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Piauí
- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00917/2017-14 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Recorrido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Suspensão dos efeitos da decisão proferida no processo administrativo nº 2017/015482 pela Secretaria Geral do MP/SC. Atribuições de servidores ocupantes do cargo de Oficial do Ministério Público. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Santa Catarina

50) Avocação nº 1.00922/2017-90

Requerente: Antonio Clesio Cunha dos Santos

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Pedido de avocação. Processo disciplinar nº 0000341-64.2017.9.04.0000, em tramitação na Corregedoria-Geral. Regularização de atos administrativos irregulares.

Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira

Origem: Amapá

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público